

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	73
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.162.998
Preferenciais	0
Total	26.162.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	364.005	384.499
1.01	Ativo Circulante	57.041	65.103
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	539	340
1.01.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	539	340
1.01.03	Contas a Receber	17.517	22.699
1.01.03.01	Clientes	17.517	22.699
1.01.03.01.01	Clientes	17.517	22.699
1.01.04	Estoques	19.706	17.475
1.01.04.01	Estoques	19.706	17.475
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.888	2.052
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.888	2.052
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.115	136
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.115	136
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.276	22.401
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	16.276	22.401
1.01.08.01.01	Depositos vinculados - Conta reserva	14.180	14.218
1.01.08.01.02	Adiantamento a fornecedores	2.096	8.183
1.02	Ativo Não Circulante	306.964	319.396
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.574	40.274
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	36.312	40.012
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	36.312	40.012
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	262	262
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	262	262
1.02.03	Imobilizado	270.390	279.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	266.115	274.659
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	266.115	274.659
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.275	4.463
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento	4.275	4.463

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	364.005	384.499
2.01	Passivo Circulante	698.551	694.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	877	964
2.01.01.01	Obrigações Sociais	877	964
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhista	877	964
2.01.02	Fornecedores	21.772	32.536
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.414	24.782
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	13.414	24.782
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	8.358	7.754
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	8.358	7.754
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.789	11.969
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.497	6.592
2.01.03.01.02	Impostos Federais	6.497	6.592
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.292	5.377
2.01.03.02.01	Obrigações Estaduais	3.292	5.377
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	638.513	623.621
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	104.828	108.228
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	104.828	108.228
2.01.04.02	Debêntures	532.980	514.762
2.01.04.02.01	Debêntures	532.980	514.762
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	705	631
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	705	631
2.01.05	Outras Obrigações	27.600	25.822
2.01.05.02	Outros	27.600	25.822
2.01.05.02.04	Pesquisa e Desenvolvimento P&D	26.649	25.822
2.01.05.02.05	Outros Passivos	951	0
2.02	Passivo Não Circulante	97.594	96.601
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.437	4.541
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	4.437	4.541
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	4.437	4.541
2.02.02	Outras Obrigações	93.157	92.060
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	41.853	41.853
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	41.853	41.853
2.02.02.02	Outros	51.304	50.207
2.02.02.02.03	Fornecedores Estrangeiros	10.728	10.877
2.02.02.02.04	Fornecedores Nacionais	37.799	39.330
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias	2.777	0
2.03	Patrimônio Líquido	-432.140	-407.014
2.03.01	Capital Social Realizado	171.047	171.047
2.03.01.01	Capital Social	171.047	171.047
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-603.187	-578.061
2.03.06.01	Prejuízo do Exercício	-603.187	-578.061

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	39.068	27.689
3.01.01	Receita de Venda Bens e/ou Serviços	39.068	27.689
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.285	-23.041
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.285	-23.041
3.03	Resultado Bruto	12.783	4.648
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.409	6.145
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.427	-1.690
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-1.427	-1.690
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18	7.835
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	18	7.835
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.374	10.793
3.06	Resultado Financeiro	-36.500	-27.417
3.06.01	Receitas Financeiras	24	41
3.06.01.01	Receitas Financeiras	24	41
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.524	-27.458
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-36.524	-27.458
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-25.126	-16.624
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-25.126	-16.624
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-25.126	-16.624
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,96	-0,64

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-25.126	-16.624
4.03	Resultado Abrangente do Período	-25.126	-16.624

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.830	3.400
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.568	10.833
6.01.01.01	Prejuízo antes de IR e CS	-25.126	-16.624
6.01.01.02	Atualização de empréstimos	1.992	2.516
6.01.01.03	Atualização de debêntures	22.493	14.248
6.01.01.04	Atualização de arrendamento	183	203
6.01.01.07	Provisão para pesquisa & desenvolvimento	472	284
6.01.01.08	Encargos Financeiros sobre P&D	532	501
6.01.01.10	Provisão para contingências	0	-11.698
6.01.01.11	Amortização do custo de transação das debêntures	261	231
6.01.01.12	Depreciação e amortização	8.570	8.757
6.01.01.13	Multa por atraso no pagamento de debêntures	8.003	12.415
6.01.01.14	Amortização do Arredamento	188	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.738	-7.433
6.01.02.01	Contas a receber	5.182	-54
6.01.02.02	Tributos a recuperar	164	-196
6.01.02.03	Estoques	-2.231	246
6.01.02.04	Depositos vinculados - conta reserva	38	-4.592
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-979	-741
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	6.087	-1.025
6.01.02.08	Outros créditos ativos	3.700	0
6.01.02.09	Obrigações tributárias	597	1.190
6.01.02.10	Fornecedores	-12.444	4.976
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	-87	14
6.01.02.12	Pesquisa e desenvolvimento	-176	0
6.01.02.13	Outros passivos	951	501
6.01.02.14	Pagamento de debêntures (juros)	-12.540	-7.751
6.01.02.15	Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	0	-1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26	0
6.02.01	Compra de Imobilizado	-26	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.605	-1.199
6.03.01	Pagamento arrendamento mercantil	-213	-320
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Principal)	-5.392	-879
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	199	2.201
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	340	97
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	539	2.298

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.126	0	-25.126
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-25.126	0	-25.126
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-603.187	0	-432.140

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.624	0	-16.624
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.624	0	-16.624
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-510.217	0	-339.170

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	43.753	38.784
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	43.736	30.950
7.01.02	Outras Receitas	17	287
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	7.547
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.660	-10.795
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-12.690	-9.328
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-970	-1.467
7.03	Valor Adicionado Bruto	30.093	27.989
7.04	Retenções	-8.758	-8.758
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.758	-8.758
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.335	19.231
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24	41
7.06.02	Receitas Financeiras	24	41
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.359	19.272
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	21.359	19.272
7.08.01	Pessoal	1.544	1.556
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.040	929
7.08.01.02	Benefícios	428	548
7.08.01.03	F.G.T.S.	76	79
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.100	2.811
7.08.02.01	Federais	4.100	2.811
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.841	31.529
7.08.03.02	Aluguéis	4.313	4.071
7.08.03.03	Outras	36.528	27.458
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-25.126	-16.624
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-25.126	-16.624

Comentário do Desempenho

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Relatório Trimestral 1T21

www.utepeiii.com.br
ri@utepeiii.com.br

Igarassu, 14 de maio de 2021. A Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Pernambuco III” ou “Companhia”), apresenta os resultados relativos ao primeiro trimestre de 2021 (“1T21”). As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em base individual e estão de acordo com os princípios e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores estão expressos em reais (R\$), salvo quando indicado de modo diferente. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparados os comentários de Desempenho Econômico-Financeiro apresentados em R\$ milhões, com o Balanço Patrimonial (Anexo I) e a Demonstração do Resultado (Anexo II), apresentados em R\$ mil.

Comentário do Desempenho



Destaques do Trimestre

Operacional

- A Pernambuco III encerrou o 1º trimestre de 2021 com 1.804 dias sem acidentes com afastamento, e atingirá, em abril de 2021, a marca histórica de 5 anos consecutivos sem acidentes de trabalho.
- A Pernambuco III encerrou o período com apenas 2 motores disponíveis, reflexo de uma manutenção pontual no sistema de alimentação de combustível.
- A Administração segue engajada no atingimento de 100% de disponibilidade de seus motores nos próximos meses, garantindo assim a solidez operacional da Companhia.

Financeiro

- A **receita operacional bruta** encerrou o 1T21 em R\$ 43,7 milhões (+42%) frente a R\$ 35 milhões no 1T20. Este aumento explica-se pelo incremento na receita variável da Companhia (R\$ 5,2 milhões), reflexo dos despachos ocorridos em janeiro e fevereiro de 2021.
- A **receita operacional líquida** encerrou o 1T21 em R\$ 39,1 milhões (+41%) frente a R\$ 27,7 milhões no 1T20, sendo beneficiada pelo incremento na receita bruta do período e pelo desconto do Despacho por Ordem de Mérito por Preço Ajustado (DOMP), ocorrido no 1T20, mas não se repetido no 1T21 (R\$ 4,1 milhões).
- Os **custos operacionais** do 1T21 apresentaram acréscimo de R\$ 3,2 milhões em comparação ao 1T20 (R\$ 26,3 milhões no 1T21 vs. R\$ 23 milhões no 1T20), resultado da maior necessidade de compra de combustível no período para fazer frente aos despachos ordenados pelo sistema em janeiro e fevereiro de 2021.
- O **lucro bruto** do 1T21 encerrou o período em R\$ 12,8 milhões, um incremento nominal de R\$ 8,1 milhões, ante o lucro bruto de R\$ 4,6 milhões registrado no 1T20.
- A **margem bruta** do 1T21 atingiu 29% no período, atestando a capacidade operacional da Companhia.
- Em relação às **despesas administrativas**, no 1T21 observou-se uma ligeira redução de R\$ 0,3 milhões (-16%) em relação ao 1T20 (R\$ 1,4 milhões no 1T21 vs. R\$ 1,7 milhões no 1T20).
- As **despesas financeiras** registraram acréscimo de R\$ 9,1 milhões (+33%), passando de R\$ 27,5 milhões no 1T20 para R\$ 36,5 milhões no 1T21, substancialmente explicado pelo incremento de capitalização de juros e correção monetária do saldo das debêntures da Companhia.
- O **EBITDA** encerrou o 1T21 no patamar de R\$ 20,1 milhões, registrando um incremento operacional de R\$ 0,6 milhões (+3%) comparado aos R\$ 19,6 milhões do 1T20. A margem EBITDA por sua vez, foi de 52%, 19 p.p. menor se comparado aos 71% da margem EBITDA do 1T20, reflexo da alta alavancagem financeira da Companhia.

Comentário do Desempenho



Debêntures

- O saldo devedor das debêntures encerrou o 1T21 em R\$ 533 milhões, montante R\$ 18,2 milhões superior ao saldo relativo ao exercício de 2020 de R\$ 514,8 milhões, decorrente do incremento de capitalização de juros, correção monetária e multa pelo atraso no pagamento do saldo devedor.
- Nos dias 14 de janeiro, 05 e 22 de fevereiro, 02, 08 e 25 de março de 2021 foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD's) para tratar dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático das debêntures de Pernambuco III.
- A Administração segue empenhada nas negociações com seus credores, mantendo-os atualizados e em constante comunicação para viabilizar o pagamento das dívidas em aberto.
- Na AGD de 05 de fevereiro de 2021, foi firmada a prorrogação do acordo temporário, mantendo-o vigente até o término do 1T21.
- Nos dias 15 de janeiro e 08 de fevereiro de 2021, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme acordo temporário vigente.

Jurídico

- Em 19 de março de 2021, o Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça reconsiderou a sua decisão e não conheceu o pedido de suspensão de liminar da ANEEL, autuado como SLS nº 2.572/DF, restaurando de forma integral a liminar proferida em 09 de novembro de 2016, incidentalmente no processo nº 0062008-08.2015.4.01.34.00, a qual impede a aplicação de qualquer sanção à Companhia pela ANEEL e CCEE, nos termos da tutela cautelar deferida.

Eventos Subsequentes Relevantes

- Em 1º de abril de 2021, foi firmada a nova prorrogação do acordo temporário entre Companhia e debenturistas, mantendo-o vigente até 11 de junho de 2021.
- Nos dias 1º, 20 e 29 de abril e 07 de maio de 2021 foram realizadas novas Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD's) para tratar dos termos do acordo entre Companhia e debenturistas, sendo a assembleia do dia 07 de maio suspensa e reaberta para o próximo dia 21 de maio de 2021.
- Em 13 de abril e 13 maio de 2021, a Companhia efetuou o pagamento referente aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme acordo temporário vigente.

Comentário do Desempenho



1. Cenário Macroeconômico e Mercado de Energia

O mês de março de 2021 foi o pior momento da pandemia no Brasil, com recorde de mortes diárias e escassez de leitos de UTI, porém com a vacinação evoluindo gradualmente nos Estados, e as medidas de isolamento impostas, observa-se uma amenização do cenário e o retorno gradual das atividades em todo o país.

Diante deste cenário, o primeiro trimestre de 2021 iniciou-se com a expectativa de lenta recuperação econômica do país, prevendo crescimento de 3% em 2021, segundo projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e com queda estimada de 0,5% no primeiro trimestre do ano, na comparação com o ajuste sazonal.

O retorno da economia brasileira também está atrelado à capacidade de vacinação ao redor do mundo. Diversos países têm evoluído com a imunização, com destaque para os Estados Unidos que aplicou as duas doses da vacina em 30% de sua população¹.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial no país, foi de 0,25% em janeiro, e teve aceleração considerável em fevereiro e março, em que o índice acumulado foi de 0,93%. Nos últimos 12 meses, o IPCA foi de 6,10% e deve encerrar o ano de 2021 próximo do limite superior da meta, em torno de 5% a.a.

Em relação à SELIC, espera-se que o indicador encerre 2021 em 5,50% a.a., segundo relatório Focus do Banco Central e expectativas do mercado, acompanhado pela elevação no câmbio, que pode atingir R\$ 5,50 em dezembro de 2021.

O número de desempregados chegou a 14,4 milhões em fevereiro de 2021, alcançando taxa de desocupação de 14,4%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgada pelo IBGE em 30 de abril de 2021.

Tratando-se do mercado de energia, o 1T21 encerrou o período com o nível dos reservatórios abaixo do esperado após o período úmido. De acordo com o site da Agência Nacional de Águas, o volume observado em 31 de março de 2021 era de 55,93%, 5 pontos percentuais abaixo do observado na mesma data de 2020, conseqüentemente, houve mudança na bandeira tarifária cobrada em dezembro de 2020 (bandeira vermelha) para bandeira amarela por todo trimestre.

Além disso, observou-se no primeiro trimestre do ano, um aumento constante do preço de petróleo, que atingiu seu pico em 11 de março (US\$ 66,14 por barril²), entretanto, com reflexo do aumento na produção de petróleo dos países da OPEP, a cotação diminuiu para US\$ 59,21 por barril no dia 31 de março de 2021. O aumento de 30% observado no preço da *commodity* esse ano teve impacto em todo o segmento de geração, especialmente nas Térmicas e nos custos atrelados às suas operações.

Por fim, segundo o relatório COVID-19 do Ministério de Minas e Energia publicado em 29 de março de 2021, a carga média do Sistema Interligado Nacional (SIN), nos 30 dias anteriores, foi 7,98% superior ao mesmo período do ano anterior. Em março de 2021, não foram verificadas ocorrências significativas no SIN associadas à pandemia do Covid-19 que prejudicassem o atendimento da carga, nem que impactassem o fornecimento de energia e a prestação do serviço de geração e distribuição.

¹ Conforme dados do "Our World in Data Coronavirus Vaccinations", em 31 de março de 2021.

² Conforme cotação de *Crude Oil WTI* do site *Trading Economics*, em 31 de março de 2021.

Comentário do Desempenho



2. Desempenho Operacional

No primeiro trimestre de 2021, a Companhia apresentou um aumento considerável em sua geração, saindo de 2.136 MWh no 1T20 para 10.179 MWh no 1T21, o que representa um incremento de 377% na comparação entre os dois períodos. Esse expressivo aumento se deu em razão do acréscimo de despacho ordenado pelo ONS, nos meses de janeiro (6.234 MWh) e fevereiro (3.945 MWh) de 2021.

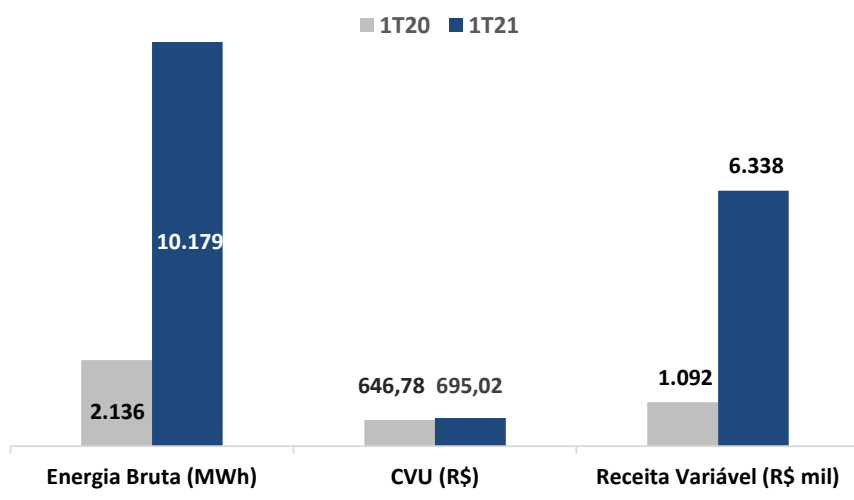
No 1T21 houve uma redução na disponibilidade total das unidades geradoras da Companhia, por conta de adversidades no sistema de alimentação interno de combustível, com isso, do total de 23 motores, a Pernambuco III encerrou o 1T21 com 02 motores disponíveis para geração. A Administração, em conjunto com sua equipe técnica, segue empenhada na recuperação e retorno de 100% de sua disponibilidade.

No 1T21 a Pernambuco III adquiriu óleo HFO para a geração solicitada pelo ONS no montante de R\$ 9,5 milhões, equivalente a 2.546,7 toneladas, e adquiriu nesse mesmo período, óleo diesel LFO no montante de R\$ 0,3 milhões, equivalente a 90 mil litros para aquecimento das caldeiras auxiliares que mantêm a usina aquecida para casos de solicitação de geração de energia.

O reflexo da queda da carga do sistema, devido ao prolongamento da pandemia do Covid-19 em 2021, refletiu na revisão dos valores do Custo Variável Unitário (CVU) médio da Pernambuco III, registrando um aumento de 7,5% entre períodos, passando de R\$ 646,78 no 1T20 para R\$ 695,02 no 1T21.

O *Platts* médio do 1T21 passou por uma valorização de 12% em relação ao 1T20, passando de US\$ 55,79 para US\$ 62,64, impactado principalmente pelo aumento do preço do Petróleo no mercado internacional. Já o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) na região Nordeste teve uma redução de 12%, atingindo R\$ 159,91 no 1T21 ante R\$ 181,31 no 1T20.

Gráfico 1: Energia Bruta e Receita Variável 1T21 vs. 1T20



Comentário do Desempenho



Gráfico 2: Número de motores disponíveis 1T21 vs. 1T20

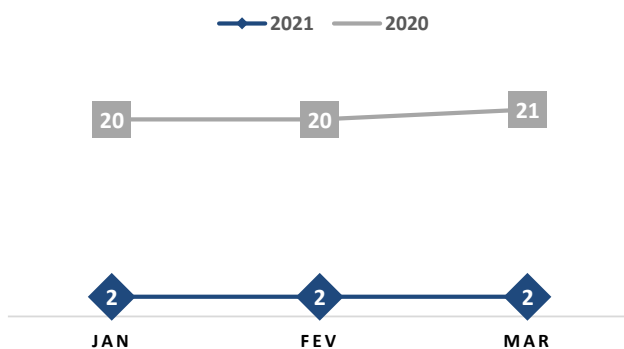
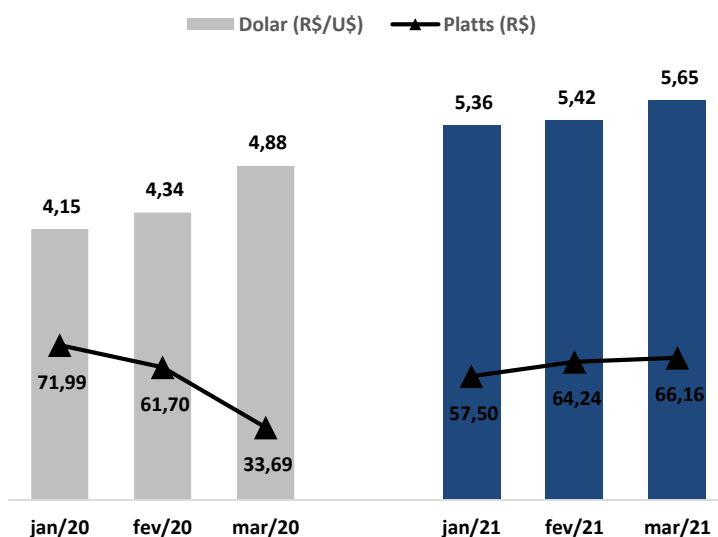


Gráfico 3: Variação Dólar e Platts no 1T21 e 1T20



Comentário do Desempenho

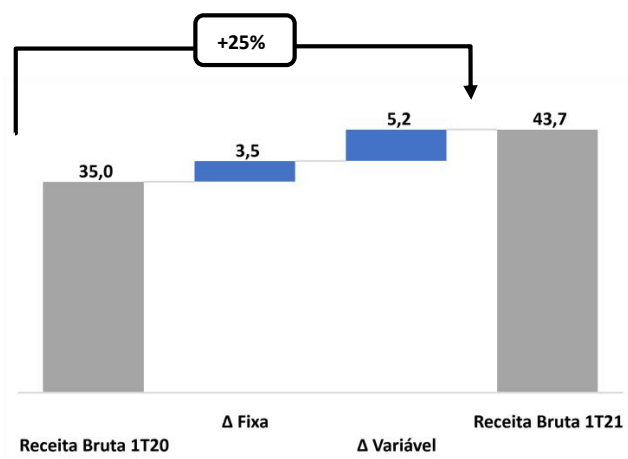


3. Desempenho Financeiro

3.1 Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta do 1T21 encerrou o período no patamar de R\$ 43,7 milhões, frente a R\$ 35 milhões no 1T20, um acréscimo nominal de R\$ 8,7 milhões (+25%). Esse aumento ocorreu por conta do despacho ordenado do período, produzindo uma receita variável incremental de R\$ 5,2 milhões no trimestre, além do acréscimo de R\$ 3,5 milhões na receita fixa.

Gráfico 4: Evolução da Receita Operacional Bruta entre trimestres



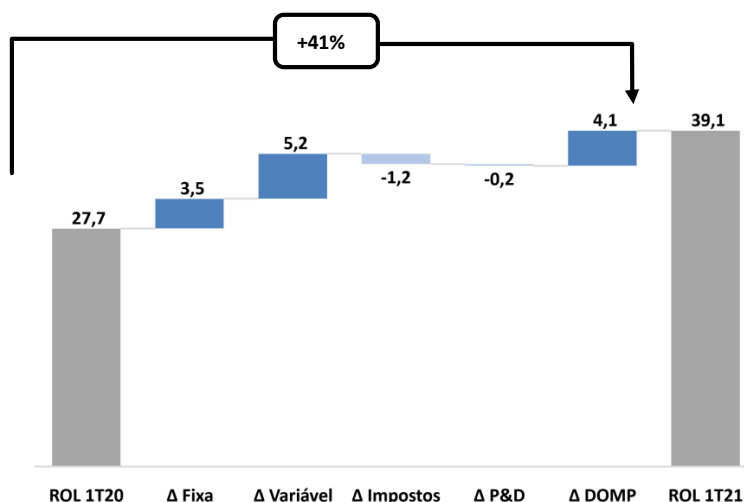
Comentário do Desempenho



3.2 Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida encerrou o 1T21 em R\$ 39,1 milhões, registrando um acréscimo de R\$ 11,4 milhões (+41%) comparado à receita líquida do 1T20 de R\$ 27,7 milhões. Essa melhora na receita da Companhia é explicada pela inexistência de desconto de Despacho por Ordem de Mérito por Preço Ajustado (DOMP) que ocorreu no 1T20 de R\$ 4,1 milhões e não voltou a ocorrer no 1T21, fruto da manutenção das liminares da Companhia impedindo cobrança de penalidades futuras.

Gráfico 5: Evolução da Receita Operacional Líquida entre trimestres



3.3 Custos Operacionais

Os custos operacionais do 1T21 atingiram R\$ 26,3 milhões, um acréscimo de R\$ 3,2 milhões (+14%) comparado aos R\$ 23 milhões desembolsados no 1T20. Essa elevação é explicada pela necessidade de compra de combustíveis e lubrificantes a fim de atender o despacho ocorrido no período, contribuindo com um incremento de R\$ 5,1 milhões nos custos entre períodos. Os demais custos da Companhia mantiveram-se em linha com o mesmo período do ano anterior, exceto pelos custos com encargos de uso do sistema, que apresentaram redução de R\$ 1,7 milhões entre períodos.

Comentário do Desempenho



Tabela 1: Composição dos Custos Operacionais 1T21 e 1T20 (Em R\$ Mil)

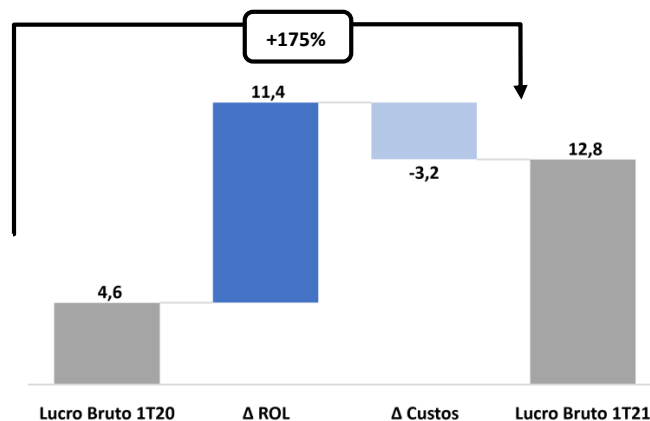
	1T21	1T20	Δ R\$	Δ %
Comercialização de energia - CCEE	15	-	15	0%
Encargo de uso do sistema de transmissão	(3.339)	(5.053)	1.714	-34%
Pessoal	(1.507)	(1.590)	83	-5%
Combustíveis e lubrificantes	(6.576)	(1.429)	(5.147)	360%
Materiais	(597)	(1.036)	439	-42%
Armazenagem	(4.275)	(4.052)	(223)	6%
Fretes	(92)	(139)	47	-34%
Manutenção e conservação - Overhaul	(320)	(330)	10	-3%
Depreciação e amortização	(8.759)	(8.758)	(1)	0%
Serviços de vigilância e limpeza	(179)	(99)	(80)	81%
Seguros	(222)	(254)	32	-13%
Outros	(434)	(301)	(133)	44%
Total	(26.285)	(23.041)	(3.244)	14%

3.4 Resultado Bruto e Margem Bruta

No 1T21 a Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 12,8 milhões e margem bruta de 29%, registrando um aumento de R\$ 8,1 milhões (+175%) e acréscimo de 16 pontos percentuais na margem bruta comparado ao 1T20.

A manutenção do resultado operacional positivo também dependerá do andamento das negociações com seus fornecedores de combustível e da permanência das liminares em favor da Companhia, eliminando eventuais penalidades cobradas pela ANEEL/CCEE.

Gráfico 6: Evolução do Lucro Bruto entre trimestres



Comentário do Desempenho



3.5 Despesas Gerais e Administrativas

No 1T21 as despesas administrativas totalizaram R\$ 1,4 milhões, apresentando uma diminuição de R\$ 0,3 milhões (-16%) na rubrica comparado ao 1T20. Esse ligeiro recuo ocorreu em razão do menor dispêndio com serviços jurídicos no montante de R\$ 0,1 milhões e menor necessidade de contratação de consultoria e assessoria no montante de R\$ 0,2 milhões.

Tabela 2: Composição das Despesas Gerais e Administrativas 1T21 e 1T20 (Em R\$ Mil)

	1T21	1T20	Δ R\$	Δ %
Impostos e taxas	(12)	(6)	(6)	100%
Serviços jurídicos	(552)	(674)	122	-18%
Serviços de consultoria e assessoria	(334)	(495)	161	-33%
Despesas com pessoal	(316)	(274)	(42)	15%
Outros	(213)	(241)	28	-12%
Total	(1.427)	(1.690)	263	-16%

3.6 Outras Receitas (Despesas)

A rubrica de outras receitas (despesas) foi afetada pela mudança de prognóstico na rubrica de provisões para contingências, a qual necessitou da reversão de R\$ 7,5 milhões no 1T21. A rubrica de outras receitas encerrou o 1T21 com apenas R\$ 0,02 milhões apurado.

Tabela 3: Composição de Outras Receitas e Despesas 1T21 e 1T20 (Em R\$ Mil)

	1T21	1T20	Δ R\$	Δ %
Recuperação de outras despesas	-	1	(1)	-100%
Outras receitas	18	287	(269)	-94%
Provisão para contingências	-	7.547	(7.547)	-100%
Total	18	7.835	(7.817)	-100%

3.7 EBITDA Contábil e EBITDA Gerencial

No 1T21 a Companhia atingiu resultado operacional de R\$ 20,1 milhões, 3% acima dos R\$ 19,6 milhões do resultado apurado no 1T20. A ligeira melhora de 3 p.p. entre trimestres se deu em razão da equalização da variação entre o prejuízo líquido e a variação das despesas financeiras apuradas no trimestre. Já a Margem EBITDA do 1T21 encerrou o período em 52%, ante 71% no 1T20, esse recuo acentuado de 19 p.p. reflete o aumento das despesas financeiras apuradas no 1T21.

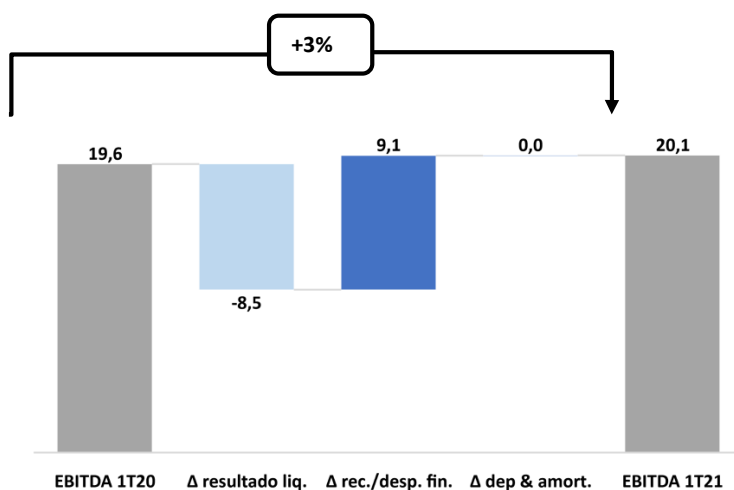
Comentário do Desempenho



Comentário do Desempenho

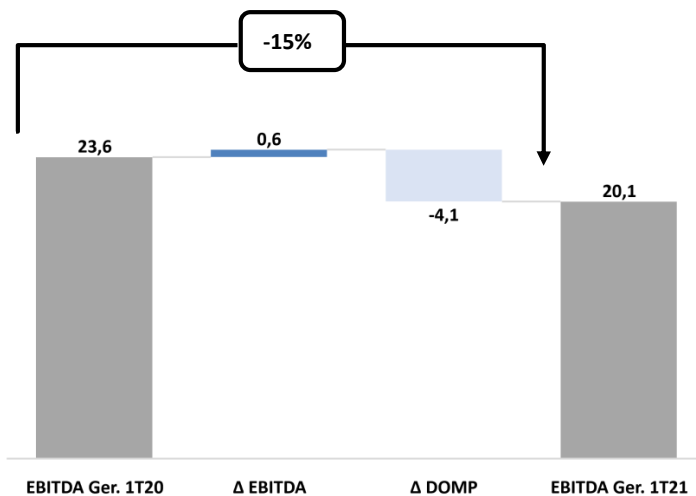


Gráfico 7: Evolução do EBITDA Contábil entre trimestres



Em relação ao EBITDA Gerencial do 1T21, verificou-se uma redução de 15% em relação ao resultado apurado no 1T20 (R\$ 23,6 milhões), encerrando o 1T21 no mesmo valor do EBITDA Contábil apurado de R\$ 20,1 milhões. A inexistência da operação de DOMP que ocorreu no 1T20 e não voltou a ocorrer no 1T21, resultou em menor reversão, afetando assim o EBITDA Gerencial do trimestre.

Gráfico 8: Evolução do EBITDA Gerencial entre trimestres



Comentário do Desempenho



4. Endividamento

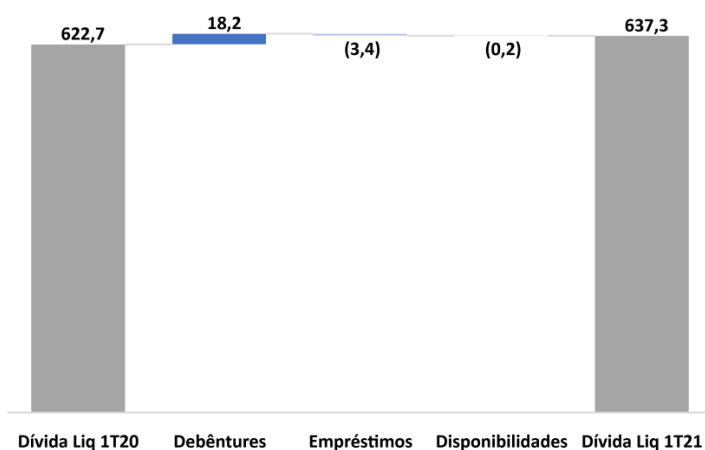
4.1 Posição da Dívida e Alavancagem

O endividamento da Companhia é composto por debêntures públicas e saldo de conta garantida de óleo combustível, que foi transferido para uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto ao Banco Itaú.

Em março de 2021, a dívida bruta consolidada da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, atingiu R\$ 637,8 milhões, montante 2% superior ao saldo relativo ao exercício de 2020 de R\$ 623 milhões. Cerca de 80% do endividamento financeiro é indexado ao IPCA, e os 20% restante são indexados ao CDI.

A alavancagem da Companhia atingiu 9,8x, calculado através da razão entre a dívida líquida consolidada pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

Gráfico 9: Evolução da Dívida Líquida entre trimestres



Comentário do Desempenho



5. Debêntures

Em 31 de março de 2021 o saldo devedor das debêntures da Pernambuco III era de R\$ 533 milhões, sendo 100% contabilizado no passivo circulante, isso porque não havia *waiver* para o descumprimento dos índices econômicos exigidos pela escritura da emissão.

No 1T21, a Administração, em conjunto com seus debenturistas, realizou diversas assembleias para tratar dos termos do acordo temporário firmado em 09 de agosto de 2018. Diante disso, em AGD realizada no dia 05 de fevereiro 2021 entre a Pernambuco III e seus debenturistas, foi firmada a prorrogação do acordo, mantendo-o vigente até o dia 10 de abril de 2021, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e Assembleia Geral de Debenturistas realizada na mesma data.

5.1 Assembleias Gerais de Debenturistas

Em 07 de janeiro, 05 e 22 de fevereiro, 02, 08 e 25 de março de 2021, houve a realização de Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD's) para tratar dos termos da prorrogação do acordo temporário entre a Companhia e debenturistas. Os assuntos deliberados nas referidas assembleias estão detalhados na Nota Explicativa 16 de Debêntures das Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2021.

5.2 Pagamento de Juros aos Debenturistas

Em 15 de janeiro e 08 de fevereiro de 2021, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme acordo temporário vigente. O detalhamento dos valores pagos, foi divulgado na forma de Aviso aos Debenturistas, e está disponível, *na íntegra*, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

Comentário do Desempenho



6. Eventos Subsequentes

6.1 Eleição Novo Membro Conselho de Administração

Em 15 de abril de 2021 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para eleição do novo conselheiro titular da Companhia, o Sr. Verdi Rosa Monteiro, face à renúncia do Sr. Tobias Reis Monteiro.

6.2 Assembleias Gerais de Debenturistas

Em 1º, 20 e 29 de abril e 07 de maio de 2021, houve a realização de Assembleias Gerais de Debenturistas (AGD's) para tratar dos termos do acordo temporário vigente. Os assuntos deliberados nas referidas assembleias estão divulgados na forma de ata e estão disponíveis, *na íntegra*, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

Em 21 de maio e 08 de junho de 2021 serão reabertas as assembleias para que os debenturistas possam rever as condições de renovação dos termos do acordo vigente.

6.3 Renovação do Acordo Temporário

Em 1º de abril de 2021, conforme deliberação em AGD, foi realizada renovação do acordo temporário entre Pernambuco III e debenturistas a contar do dia 10 de abril de 2021, por mais dois meses, até dia 11 de junho de 2021 nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

6.4 Pagamento de Juros aos Debenturistas

Em 13 de abril e 13 de maio de 2021, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data. O detalhamento dos valores pagos, foi divulgado na forma de Aviso aos Debenturistas, e está disponível, *na íntegra*, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

Comentário do Desempenho



Anexo I – Balanço Patrimonial

(Em R\$ mil)

	31.03.2021	31.12.2020
Ativo Circulante	57.041	65.103
Caixa e equivalentes de caixa	539	340
Contas a receber	17.517	22.699
Tributos a recuperar	1.888	2.052
Estoques	19.706	17.475
Depósitos vinculados - contas reserva	14.180	14.218
Despesas antecipadas	1.115	136
Adiantamento a fornecedores	2.096	8.183
Ativo Não circulante	306.964	319.396
Depósitos judiciais	262	262
Partes relacionadas	36.312	40.012
Imobilizado	266.115	274.659
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	4.275	4.463
Total do Ativo	364.005	384.499
	31.03.2021	31.12.2020
Passivo Circulante	698.551	694.912
Fornecedores	21.772	32.536
Obrigações tributárias	9.789	11.969
Obrigações sociais e trabalhistas	877	964
Debêntures	532.980	514.762
Empréstimos e financiamentos	104.828	108.228
Arrendamento Mercantil	705	631
Pesquisa e desenvolvimento	26.649	25.822
Outros passivos	951	-
Passivo Não Circulante	97.594	96.601
Fornecedores	48.527	50.207
Obrigações tributárias	2.777	-
Partes relacionadas	41.853	41.853
Arrendamento Mercantil	4.437	4.541
Patrimônio Líquido	(432.140)	(407.014)
Capital social	171.047	171.047
Prejuízos acumulados	(603.187)	(578.061)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	364.005	384.499

Comentário do Desempenho



Anexo II – Demonstração do Resultado do Exercício

(Em R\$ mil)

	1T21	1T20	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	43.735	35.025	8.710	25%
Descontos s/ vendas	-	(4.074)	4.074	-100%
Impostos e taxas	(4.667)	(3.262)	(1.405)	43%
Receita operacional líquida	39.068	27.689	11.379	41%
(-) Custo operacionais	(26.285)	(23.041)	(3.244)	14%
Lucro Bruto	12.783	4.648	8.135	175%
Margem bruta	29%	13%		16 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(1.427)	(1.690)	263	-16%
Outras (despesas) receitas	18	7.835	(7.817)	-100%
Resultado operacional antes dos efeitos fin.	11.374	10.793	581	5%
Despesas financeiras	(36.524)	(27.458)	(9.071)	33%
Receitas financeiras	24	41	(17)	-41%
Resultado financeiro líquido	(36.500)	(27.417)	(9.088)	33%
Prejuízo antes do IR e CS	(25.126)	(16.624)	(8.507)	51%
IRPJ/CSLL diferido	-	-	-	0%
Prejuízo do período	(25.126)	(16.624)	(8.507)	51%

Comentário do Desempenho



Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste relatório e nas Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2021.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.

Notas Explicativas



14/maio/2021

À: Termelétrica Pernambuco III S.A.
À atenção dos Acionistas e Administradores

Ref.: Relatório sobre a revisão de informações trimestrais nº 2156F-003-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório sobre a revisão de informações trimestrais da Termelétrica Pernambuco III S.A. para o trimestre findo em 31 de março de 2021.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

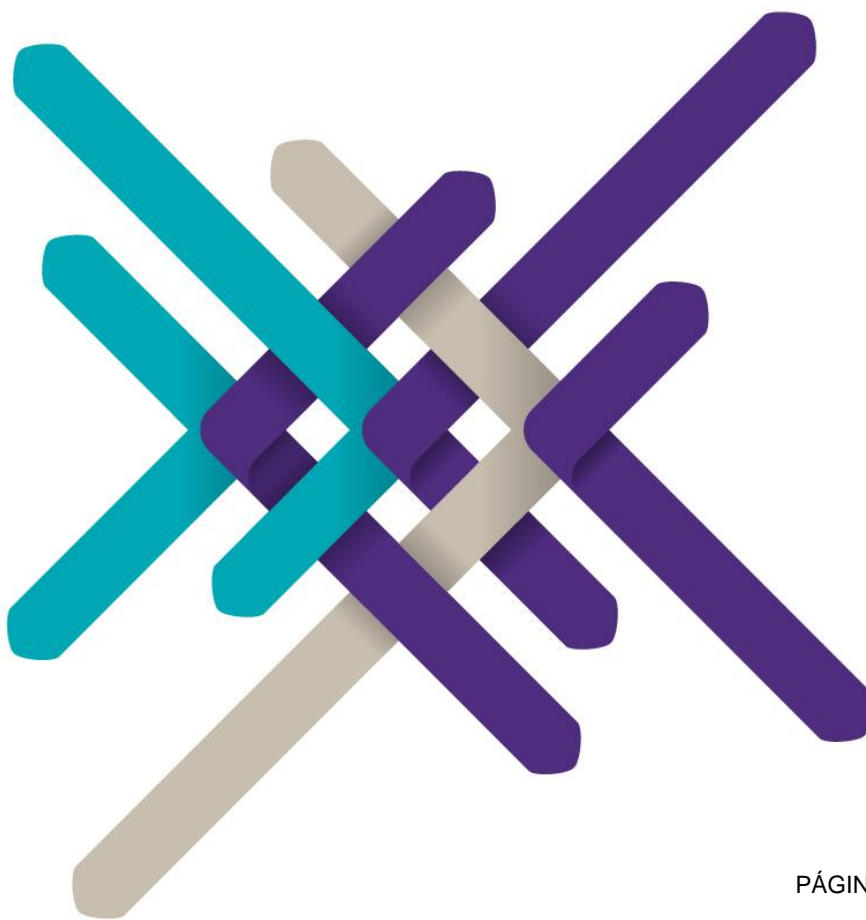
Notas Explicativas



Termelétrica Pernambuco III S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 31 de março de 2021



Notas Explicativas



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021	12

Notas Explicativas



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Notas Explicativas



Ênfase

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 31 de março de 2021 um montante total de prejuízos de R\$ 603.187 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 432.140 mil, e naquela data, o seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 641.510 mil. A Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas na escritura de debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Processo de investigação independente

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, existem determinadas partes relacionadas da Companhia, e determinados fundos de pensão que são investidores na Companhia que foram incluídos ou citados em uma investigação conduzida pelas autoridades públicas federais (Ministério Público Federal e Polícia Federal) na operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma Nota Explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa independente especializada, porém, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em andamento. Desta forma, não é possível prever e nem antecipar os desdobramentos futuros dessa investigação, nem seus potenciais efeitos, se houverem, sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, em 31 de março de 2021. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as informações intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas e revisados por nós, cujos relatórios, sem modificação, foram emitidos em 31 de março de 2021 e 01 de junho de 2020, respectivamente, contendo parágrafo sobre a "Incerteza relevante sobre continuidade operacional"; e ênfase sobre o "Processo de Investigação Independente", apresentados neste relatório de revisão.

São Paulo, 14 de maio de 2021

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Edinilson Attizani".

Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Balanco patrimonial 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.03.2021	31.12.2020	Passivo	Nota	31.03.2021	31.12.2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	539	340	Fornecedores	11	21.772	32.536
Contas a receber	4	17.517	22.699	Obrigações tributárias	12	9.789	11.969
Tributos a recuperar	5	1.888	2.052	Obrigações sociais e trabalhistas		877	964
Estoques	6	19.706	17.475	Debêntures	16	532.980	514.762
Depósitos vinculados - contas reserva	7	14.180	14.218	Empréstimos e financiamentos	13	104.828	108.228
Despesas antecipadas		1.115	136	Arrendamento Mercantil	9	705	631
Adiantamento a fornecedores		2.096	8.183	Pesquisa e desenvolvimento	14	26.649	25.822
				Outros passivos		951	-
Total do ativo circulante		57.041	65.103	Total do passivo circulante		698.551	694.912
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	17	262	262	Fornecedores	11	48.527	50.207
Partes relacionadas	15	36.312	40.012	Obrigações tributárias	12	2.777	-
Imobilizado	8	266.115	274.659	Partes relacionadas	15	41.853	41.853
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	9	4.275	4.463	Arrendamento Mercantil	9	4.437	4.541
Total do ativo não circulante		306.964	319.396	Total do passivo não circulante		97.594	96.601
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	18	171.047	171.047
				Prejuízos acumulados		(603.187)	(578.061)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(432.140)	(407.014)
Total do ativo		364.005	384.499	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		364.005	384.499

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações do resultado
para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>31.03.2021</u>	<u>31.03.2020</u>
Receita operacional líquida	19	39.068	27.689
Custos operacionais	20	(26.285)	(23.041)
Lucro bruto		12.783	4.648
Outras receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(1.427)	(1.690)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	18	7.835
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(1.409)	6.145
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		11.374	10.793
Despesas financeiras	22	(36.524)	(27.458)
Receitas financeiras	22	24	41
Resultado financeiro, líquido		(36.500)	(27.417)
Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social		(25.126)	(16.624)
Prejuízo do período		(25.126)	(16.624)
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)		(0,96)	(0,64)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações do resultado abrangente
para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.03.2020</u>
Prejuízo do período	<u>(25.126)</u>	<u>(16.624)</u>
Resultado abrangente total	<u>(25.126)</u>	<u>(16.624)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e de 2020**

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	171.047	(578.061)	(407.014)
Prejuízo do período	-	(25.126)	(25.126)
Saldos em 31 de março de 2021	171.047	(603.187)	(432.140)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações dos fluxos de caixa
para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

	Nota	31.03.2021	31.03.2020
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Prejuízo antes do IR e da CS		(25.126)	(16.624)
Atualização de empréstimos	13	1.992	2.516
Atualização de debêntures	16	22.494	14.248
Atualização de arrendamento		183	203
Multa por atraso no pagamento de debêntures		8.003	12.415
Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	14	472	284
Encargos financeiros sobre P&D	14	532	501
Provisão para contingências		-	(11.698)
Amortização do custo de transação das debêntures		261	231
Amortização Arrendamento		188	-
Depreciação e amortização	8	8.570	8.757
		17.568	10.833
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	3	5.182	(54)
Tributos a recuperar	5	164	(197)
Estoques	6	(2.231)	246
Depósitos vinculados - contas reserva	7	38	(4.592)
Despesas antecipadas		(979)	(741)
Adiantamento a fornecedores		6.087	(1.025)
Partes Relacionadas	15	3.700	-
		11.961	(6.362)
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações tributárias	12	597	1.190
Fornecedores	11	(12.444)	4.976
Obrigações sociais e trabalhistas		(87)	14
Pesquisa e desenvolvimento	14	(176)	-
Outros passivos		951	501
		(11.159)	6.681
Pagamento de debêntures (juros)	16	(12.540)	(7.751)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (juros)	13	-	(1)
		(12.540)	(7.752)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		5.830	3.400
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos			
Compra de imobilizado	8	(26)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(26)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento			
Pagamento arrendamento mercantil	9	(213)	(320)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Principal)	13	(5.392)	(879)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(5.605)	(1.199)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		199	2.201
Saldo no início do período	3	340	97
Saldo no final do período	3	539	2.298
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		199	2.201

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações do valor adicionado
para os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais)

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.03.2020</u>
Receitas	43.753	38.784
Venda de energia	43.736	30.950
Provisão para contingências cíveis	-	7.547
Outras receitas	17	287
Insumos adquiridos de terceiros	(13.660)	(10.795)
Custo de venda de energia	(10.429)	(6.804)
Serviços de terceiros	(2.261)	(2.524)
Materiais e outros	(970)	(1.467)
Valor adicionado bruto	30.093	27.989
Depreciação e amortização	(8.758)	(8.758)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	21.335	19.231
Valor adicionado recebido em transferência	24	41
Receitas financeiras	24	41
Valor adicionado a distribuir	21.359	19.272
Valor adicionado distribuído	21.359	19.272
Pessoal	1.544	1.556
Remuneração direta	1.040	929
FGTS	76	79
Benefícios	428	548
Tributos	4.100	2.811
Federais	4.100	2.811
Remuneração de capitais de terceiros	40.841	31.529
Aluguéis	4.313	4.071
Despesas financeiras	36.528	27.458
Remuneração de capitais próprios	(25.126)	(16.624)
Prejuízo do período	(25.126)	(16.624)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "PIII") é uma sociedade por ações de capital aberto, "Categoria B", nos termos da Instrução CVM 480 e alterações posteriores, com sede em Igarassu/PE – Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica. A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada na área rural de Engenho D'Água, Três Ladeiras, Município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8.730 kW¹ cada, totalizando 200,79 MW¹ de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 2 de julho de 2044.

Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia passou a ser detida pela Mesa Participações S.A. A Companhia é controlada indireta pela Bolognesi Energia S.A.

Continuidade operacional e decretação de vencimento antecipado

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$641.510 (R\$629.809, em 31 de dezembro de 2020), prejuízos acumulados de R\$603.187 (R\$578.061, em 31 de dezembro de 2020) e, em 31 de março de 2021 o patrimônio líquido estava negativo (passivo a descoberto) em R\$432.140 (R\$407.014 em 31 de dezembro de 2020) em virtude, dentre outros motivos, do vencimento antecipado das debêntures, outras obrigações financeiras e débitos perante fornecedores.

¹ ¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelo auditor independente.

Notas Explicativas

A Companhia não gera caixa operacional suficiente para honrar com seus compromissos financeiros. Portanto, é necessário que haja a renegociação do cronograma de pagamento de dívida junto a seus credores. Como a totalidade da receita fixa da Companhia foi cedida fiduciariamente ao agente fiduciário das debêntures e a totalidade da receita variável foi cedida fiduciariamente ao Banco Itaú-Unibanco S.A., a continuidade operacional da Companhia irá depender do sucesso da Administração em renegociar seus passivos com credores financeiros. A Administração acredita que o risco de descontinuidade passou a ser relevante com a decretação de vencimento antecipado das debêntures, ocorrida em 1^a de setembro de 2017, mas acredita que a Companhia deverá manter sua operação por meio da renegociação amigável junto aos credores, conforme ocorreu ao longo de todo o trimestre findo em 31 de março de 2021 e em todo ano de 2020, ou por meio de proteção judicial que permita o acesso da Companhia à geração de caixa de modo a manter o ativo operacional, enquanto a Companhia renegocia seus passivos juntos aos credores. Em 17 de outubro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24^a Vara Cível da Comarca de São Paulo, Foro Central Cível, determinando que o Agente Fiduciário libere mensalmente os recursos necessários para que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviço, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até a deliberação dos debenturistas, ou decisão contrária em sede recursal.

Para a sustação do vencimento das debêntures, o quórum de deliberação é de 90% das debêntures em circulação. A Companhia entende que para a liberação de recurso, o quórum é de 75% das debêntures em circulação e maioria simples em segunda convocação. Este entendimento não está pacificado junto ao agente fiduciário.

Caso a Companhia deixe de honrar seus parcelamentos tributários, o passivo tributário poderá voltar a ser na ordem de R\$6.313 em 31 de março de 2021 e (R\$4.861 em 31 de dezembro de 2019), sujeito a aplicação de multas e juros. Caso a Companhia deixe de honrar compromissos com fornecedores, poderá ser objeto de ações de execuções que podem resultar na decretação de insolvência ou mesmo falência da Companhia. No caso de falência da Companhia, o Contrato de Compra e Venda de Energia será rescindido automaticamente, exaurindo as garantias líquidas dos credores financeiros. Em 31 de março de 2021, não houve inadimplemento em relação aos parcelamentos e tributos e suas obrigações com fornecedores.

Processo de investigação independente

Dada a inclusão de determinadas partes relacionadas e determinados fundos de pensão que são investidores indiretos na Companhia em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal denominada "*Greenfield*", a Administração aprovou em 29 de setembro de 2016 a contratação de uma auditoria forense independente para realizar processo de investigação independente sobre as contas e procedimentos da Companhia dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I") e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 ("FASE II"), embora a Companhia não tenha sido diretamente citada nas investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras. Este trabalho tem por objetivo realizar a investigação forense, visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período, bem como, possíveis envolvimento de seus acionistas e ex-administradores.

O trabalho consiste na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas pré-definidas pela auditoria forense independente.

O escopo contempla a revisão de *Integrity Due Diligence (IDD)* dos fornecedores selecionados com objetivo de:

- Identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores;
- Identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e
- Identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Companhia e suas respectivas subsidiárias.

Notas Explicativas

Considerando o objetivo do escopo do trabalho, a auditoria forense independente apontou preliminarmente, em março de 2017, que o controle interno da Companhia apresentava algumas fragilidades, dada a existência de pagamentos de alto risco, ausência de aplicação de processos de resolução de conflito de interesses, ou políticas claras que orientassem os processos de cotação e aquisição, relacionado à contratação de fornecedores.

Em 07 de maio de 2018, foi firmada outra proposta de prestação de serviços de auditoria forense com a mesma empresa independente responsável pelas Fases I e II anteriores, denominada "Fase III", contendo o mesmo objetivo e escopo das demais propostas, entretanto, as análises seriam realizadas nos documentos localizados pela atual Administração da Mesa Participações S.A. (controladora da Companhia).

Para a Fase III, os profissionais da empresa independente contratada, além das análises documentais realizadas nos documentos disponibilizados, a fim de obter evidências e informações adicionais, realizaram uma visita "in loco" na sede da Companhia, atualmente em pleno funcionamento.

Em março de 2019, foi emitido o relatório da "FASE III" sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente relatados nas demonstrações contábeis da Companhia, destacando, no tocante aos valores pagos aos fornecedores, que dentre os 39 fornecedores selecionados, não foram apresentados documentos comprobatórios para 23% da amostra. No entanto, a Companhia continua trabalhando para sanar as pendências restantes, por meio de análise contábil e solicitação de documentos perante fornecedores, de modo a contratar a atualização do relatório quando do levantamento das informações pendentes.

Em face das limitações de responsabilidade da "FASE III", descrito anteriormente, em 13 de junho de 2019, foi firmada nova proposta de prestação de serviços de auditoria independente, denominada "FASE IV", cujo escopo incorporava procedimentos adicionais. Considerada como complemento das fases anteriormente realizadas, teve como objetivo:

- (I) Eliminação das pendências de documentos e informações apresentadas nos relatórios anteriores, tendo em vista a limitação de responsabilidade relativa à ausência de comprovantes de aquisição de bens e prestação de serviços;
- (II) Atualização dos procedimentos de Background Check realizados com base em consulta de dados online e pesquisas de mídias negativas para principais profissionais considerados "chave", assim como uma lista de funcionários públicos que tiveram relacionamento direto e indireto com a Companhia durante as etapas anteriores até 31/05/2019;
- (III) Atualização de pesquisas de mídias negativas a fim de identificar eventuais novas pessoas físicas e/ou jurídicas que possam ser incluídas em lista de custodiantes;
- (IV) Coleta de *back up* de e-mails, arquivos da rede, *laptops* e discos rígidos para execução de análise forense a partir de uma lista de custodiantes relevantes elaborada pelo auditor; e
- (V) Realização de entrevistas com Diretores e/ou colaboradores remanescentes do período de análise para estabelecer a natureza da prestação de serviços das empresas e buscar comprovação da efetiva comprovação.

Em outubro de 2019, foi emitido o relatório da "Fase IV", onde o auditor forense concluiu que a Controladora da Companhia apresentou documentações e informações suportes que comprovaram a ocorrência das prestações de serviços e/ou compras de bens para 100% (cem por cento) do imobilizado, subsistindo pendência de entrega de documentação de suporte para o montante de R\$ 3,7 milhões, dos quais R\$ 1,6 milhões refere-se a empresas cujos sócios atuavam nas empresas da Controladora, e tinham uma rotina administrativa dentro da Companhia, atuando na área jurídica, financeira, bem como nos projetos de implantação e gestão das plantas.

Notas Explicativas

Quanto às fragilidades relacionadas ao processo de contratação de fornecedores apontadas nos relatórios das primeiras fases, a Controladora da Companhia envidou todos os seus esforços na melhoria contínua de seus procedimentos, introduziu controles para assegurar a aplicação dos princípios de competitividade, confidencialidade, segregação de funções, rastreabilidade do processo de compras e conformidade em geral. Entre estas melhorias, destaca-se a implantação da Política de Aquisição de Bens e Serviços e seus procedimentos, além da implantação do sistema ERP da Companhia (Sistema Integrado de Gestão Empresarial).

Até a data de emissão dessas informações contábeis intermediárias a Controladora não foi formalmente requisitada a providenciar esclarecimentos ao Ministério Público Federal sobre a investigação conduzida por este órgão. Desta forma, a Administração da Companhia, neste momento, entende que, eventuais eitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2021.

COVID – 19

Impactos

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil e as notícias acerca do novo Coronavírus (COVID-19), assim como as relações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia brasileira e global.

Visto o contexto o qual a Companhia está inserida, não foi observado, até o momento, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios da Companhia. Embora não seja possível, no cenário atual, prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a Administração entende que até a data de apresentação destas informações contábeis intermediárias, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos, em 31 de março de 2021.

A Administração da Companhia seguirá observando e monitorando o desenvolvimento desta situação.

Adicionalmente, durante o exercício de 2020, a Companhia, com a finalidade de manter os compromissos financeiros e manutenção dos empregos, os fluxos de caixa foram reprogramados, através de: **(i)** postergação do recolhimento de tributos, através da adesão à Medida Provisória nº 927/2020; **(ii)** negociação com fornecedores para postergação de pagamentos; **(iii)** negociação com as instituições financeiras, com a finalidade de postergar o pagamento de determinadas dívidas; **(iv)** dentre outras ações.

Adicionalmente, com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela OMS, foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em casa (“home office”) e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas onde não for possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: **(i)** a liberação imediata de pessoas no grupo de risco; **(ii)** a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; **(iii)** o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; **(iv)** o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; **(v)** a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a COVID-19.

2. Base de preparação e políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes a 31 de março de 2021, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nas presentes informações contábeis intermediárias, a Administração está evidenciando apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

Notas Explicativas

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

Estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquelas demonstrações contábeis.

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações contábeis anuais.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 14 de maio de 2021.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Bancos - conta corrente	5	5
Aplicações financeiras	<u>534</u>	<u>335</u>
Total	<u>539</u>	<u>340</u>

As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 101,83% do CDI em 31 de março de 2021 (101,99% do CDI, em 31 de dezembro de 2020).

4. Contas a receber

O saldo em 31 de março de 2021, no montante de R\$17.517 (R\$22.699, em 31 de dezembro de 2020), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS (parcela de receita variável). Para estes recebíveis, não foi necessário o registro de perda esperada com créditos.

O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

5. Tributos a recuperar

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
IRPJ	355	355
IRRF	38	37
CSLL	157	157
PIS/COFINS	1.309	1.474
Outros	<u>29</u>	<u>29</u>
Total	<u>1.888</u>	<u>2.052</u>

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira e PIS e Cofins sobre compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%, além de IR, CS, PIS e Cofins, na alíquota total de 5,85%, aplicável às vendas de energia elétrica para órgãos da administração pública.

Notas Explicativas

6. Estoques

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Óleo combustível pesado (HFO - <i>Heavy Fuel Oil</i>)	9.529	7.242
Peças para manutenção	9.971	10.025
Estoque de peças em poder de terceiros	<u>206</u>	<u>208</u>
Total	<u>19.706</u>	<u>17.475</u>

7. Depósitos vinculados - contas reserva

A Companhia comprometeu-se a manter seus recursos depositados em contas bancárias, cujos respectivos direitos creditórios referentes às receitas fixas e variáveis dos Contratos de Compra e Venda de Energia foram concedidos fiduciariamente, respectivamente: **(i)** ao Agente Financeiro - Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos debenturistas e em benefício destes; e **(ii)** ao Banco Itaú-Unibanco S.A., nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Em 31 de março de 2021, a remuneração média das contas reservas é de 101,83% do CDI (101,99% do CDI, em 31 de dezembro de 2020).

A estrutura das contas é a seguinte:

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Conta centralizadora (a)	11.833	11.883
Contas de provisionamento e reserva de serviço de dívida (b)	12	12
Conta reserva garantia (ONS) (c)	<u>2.335</u>	<u>2.323</u>
Total	<u>14.180</u>	<u>14.218</u>

(a) Refere-se à conta centralizadora de recebimento de receitas;

(b) Reserva constituída para direcionamento das receitas variáveis e repasse aos debenturistas, conforme acordo;

(c) Refere-se aplicação financeira cedida em favor do Banco ABC em decorrência de emissão de fiança bancária para o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1^ª de setembro de 2017, a movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 18 de outubro de 2017, determinando que o Agente Fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Ao longo do ano de 2018, a Companhia e os Debenturistas entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora até 10 de setembro de 2020, conforme petição homologada em 04 de março de 2020 na seguinte proporção:

- (i) 66,17% (sessenta e dezessete inteiros e dezessete centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII;
- (ii) 31,33% (trinta e um inteiros e trinta e três centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e
- (iii) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora serão retidos e/ou depositados judicialmente nos autos do Processo nº 0248598- 71.2015.8.19.0001, em trâmite na 52^ª Vara Cível do Rio de Janeiro ("Processo do Rio de Janeiro"), enquanto vigorar a decisão judicial proferida naquele Juízo.

Notas Explicativas

8. Imobilizado

A. Composição do saldo

Itens	Taxa de depreciação	31.03.2021		31.12.2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Usinas - Imobilizado em serviço		424.057	(182.610)	241.447	250.511
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,10%	33.828	(15.511)	18.317	19.078
Máquinas e equipamentos	7,10%	390.024	(166.963)	223.061	231.357
Veículos	14,29%	87	(59)	28	30
Móveis e utensílios	16,65%	118	(77)	41	46
Usinas - imobilizado em curso		7.165	-	7.165	7.140
Material em depósito		7.165	-	7.165	7.140
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	-
Sistema de transmissão e conexão - Imobilizado em serviço		25.366	(7.863)	17.503	17.008
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,10%	1.828	(590)	1.238	1.201
Máquinas e equipamentos	7,10%	23.538	(7.273)	16.265	15.807
		456.588	(190.473)	266.115	274.659

Notas Explicativas

B. Mutação do imobilizado

	Movimentação do imobilizado				31.03.2021
	31.12.2020	Adições	Depreciação	Baixas	
Usinas - Imobilizado em serviço	250.511	-	(8.076)	-	242.435
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.078	-	(687)	-	18.391
Máquinas e equipamentos	231.357	-	(7.381)	-	223.976
Veículos	30	-	(2)	-	28
Móveis e utensílios	46	-	(6)	-	40
Usinas - imobilizado em curso	7.140	26	-	-	7.166
Material em depósito	7.140	26	-	-	7.166
Sistema de transmissão e conexão - Imobilizado em serviço	17.008	-	(494)	-	16.514
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.201	-	(37)	-	1.164
Máquinas e equipamentos	15.807	-	(457)	-	15.350
	274.659	26	(8.570)	-	266.115

Notas Explicativas

A Companhia adota como depreciação o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do *Power Purchase Agreement (PPA)*.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou estudo, de acordo com o CPC 01, para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*).

As premissas gerais adotadas foram:

- Data-base da avaliação: 31 de dezembro de 2020;
- Metodologia: método da renda - fluxo de caixa livre para o acionista descontado;
- Período de projeção: de 1º janeiro de 2020 até o final do período do *Power Purchase Agreement - PPA (31/12/2027)*;
- Moeda de projeção: os fluxos de caixa foram projetados em reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- Taxa de desconto: calculada através da metodologia do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), levando em consideração a estrutura de capital médio. O fluxo de caixa foi descontado pelo Custo do Capital Próprio em termos nominais, chegando-se a uma taxa de desconto de 10,36% para a Companhia; e
- Ajustes: ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa.

Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou no período fatores que indiquem a necessidade de ajuste de perdas por *impairment* para a data base destas informações contábeis intermediárias em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

9. Direito de uso – arrendamento mercantil

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e
- (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde está localizada a usina.

As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no trimestre findo em 31 de março de 2021 são:

Notas Explicativas

	<u>31.03.2021</u>
Saldos em 31.12.2020	4.463
Amortização	<u>(188)</u>
Saldos em 31.03.2021	<u>4.275</u>

Notas Explicativas

Segue a movimentação do passivo de arrendamento:

	<u>31.03.2021</u>
Saldos em 31/12/2020	5.172
Variação Monetária	183
Pagamento	<u>(213)</u>
Saldos em 31/03/2021	<u>5.142</u>
Circulante	705
Não Circulante	4.437

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se a taxa de desconto de 16,04% a.a., pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo 94 meses, ou seja, prazo findo em 31/10/2026.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 31 de março de 2021 são conforme segue:

	Fluxo de Pagamento			
31 de março de 2021	Fluxo Contratado	Até 12 meses	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivo de arrendamento	5.142	705	4.437	-

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não registrados

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de março de 2021, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui saldo de R\$ 671.959 referente a prejuízo fiscal e base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.03.2020</u>
Resultado antes dos tributos sobre o resultado	(25.126)	(16.624)
Alíquota nominal de 34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(8.543)	(5.652)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Imposto diferido do exercício não constituído	8.543	5.652
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%

Notas Explicativas

11. Fornecedores

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (Nota explicativa 15)	2.099	2.099
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	-	8
Encargo de uso do sistema de transmissão - EUST	1.272	2.170
Materiais e serviços (i)	66.928	78.466
Total	<u>70.299</u>	<u>82.743</u>
Circulante	21.772	32.536
Não Circulante	48.527	50.207

(i) Na rubrica de materiais e serviços temos valores renegociados com os fornecedores abaixo:

- Em 14 de setembro de 2017, havia o montante em aberto de R\$14.600 com os fornecedores Wartsila Finland OY, Wartsila Services Switzerland Ltda. e Wartsila Brasil Ltda., decorrente do fornecimento de materiais e serviços para a operacionalização da usina. A Companhia firmou acordo para pagamento em 108 prestações mensais e consecutivas do saldo em aberto, que será corrigido pela variação positiva do IPCA. O pagamento das parcelas iniciou em janeiro de 2019 e com previsão de término em dezembro de 2027. Em 31 de março de 2021, o saldo em aberto é de R\$12.665 (R\$12.924 em 31 de dezembro de 2020);
- Em 01 de março de 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. para pagamento em 96 prestações mensais e sucessivas do saldo em aberto no montante de R\$48.973, corrigidas pelo IPCA, vencendo-se a primeira em 15/01/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, decorrente do fornecimento de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. Em 31 de março de 2021, o saldo em aberto é de R\$42.178 (R\$43.408 em 31 de dezembro de 2020);
- Em 02 de outubro 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP Products North América Inc, fornecedor de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. O saldo devedor na data da negociação foi de R\$ 8.209, sendo pago em 25 de outubro de 2019 o montante de R\$ 4.130, o saldo restante renegociado em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas a partir de 25 de março de 2020. Em 31 de março de 2021, o saldo em aberto é de R\$6.242 (R\$5.556 em 31 de dezembro de 2020);
- A Companhia está em fase de negociação com o fornecedor Terminal Químico de Aratu S.A, decorrente do fornecimento de tancagem de combustíveis. Em 31 de março de 2021, o saldo em aberto é de R\$4.094 (R\$10.049 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

12. Obrigações tributárias

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	877	870
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS (i)	3.292	5.377
PIS e COFINS s/faturamento	3.669	4.242
Parcelamento Ordinário (pis e cofins)	3.508	-
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	157	167
Outros tributos	1.063	1.313
Total	<u>12.566</u>	<u>11.969</u>
Circulante	9.789	11.969
Não circulante (ii)	2.777	-

(i) O saldo de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) refere-se basicamente ao diferencial de alíquotas sobre compra de Óleo HFO e de ativo fixo para construção da usina. Em 2016 e 2017, a Companhia realizou o parcelamento dos montantes em aberto em 60 prestações e possui término previsto para julho de 2021;

(ii) Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de setembro a dezembro de 2020 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para fevereiro de 2026, o saldo em 31 de março de 2021 é de R\$ 3.508, corrigidos pela Selic.

13. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

<u>Financiadores / Credores</u>	<u>Valor Contratado</u>	<u>31.03.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
		<u>Saldo Devedor Circulante</u>	<u>Saldo Devedor Circulante</u>
Itaú Unibanco	69.521	104.828	108.228
		<u>104.828</u>	<u>108.228</u>

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

<u>Financiadores / Credores</u>	<u>Valor Contratado</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Taxas</u>	<u>Data Contratação</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>	<u>31.03.2021</u>			<u>31.12.2020</u>		
							<u>Qtde Parcelas</u>	<u>Parcelas Pagas</u>	<u>Parcelas a vencer</u>	<u>Qtde Parcelas</u>	<u>Parcelas Pagas</u>	<u>Parcelas a vencer</u>
Itaú Unibanco*	69.521	Capital Giro	5,75% a.a + CDI	28/10/16	28/10/16	21/03/18	1	-	1	1	-	1

Notas Explicativas

- (*) Não houve renegociação da dívida. Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios nº 854800360950.

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários sobre o vencimento antecipado automático das Debêntures. Conforme cláusulas de vencimento antecipado dos contratos de empréstimos e financiamentos, as demais dívidas também podem ser consideradas vencidas antecipadamente diante da notificação de vencimento antecipado de outra dívida financeira. Por esse motivo, o saldo de vencimentos de longo prazo foi reclassificado em sua integralidade para o passivo circulante.

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldo inicial	108.228	101.662
Atualização de empréstimos	1.992	8.864
(-) Pagamentos de juros	-	-
(-) Pagamentos de principal	<u>(5.392)</u>	<u>(2.298)</u>
Saldo final	<u>104.828</u>	<u>108.228</u>

Garantias e cláusulas restritivas

Itaú Unibanco

Como garantia da operação com o Itaú Unibanco, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos: **(a)** avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelo Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Energia S.A., Bolognesi Infraestrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia Ltda., e **(b)** cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à receita variável dos contratos de compra e venda de energia.

14. Pesquisa e desenvolvimento

	<u>FNDCT</u>	<u>MME</u>	<u>P&D</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo em 31.12.2020	10.831	5.432	9.559	25.822
Provisão	189	94	189	472
Juros	320	160	-	480
Multa	8	4	-	12
Atualização Selic	-	-	40	40
Pagamentos	<u>(118)</u>	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>(176)</u>
Saldo em 31.03.2021	<u>11.230</u>	<u>5.632</u>	<u>9.788</u>	<u>26.649</u>

Refere-se ao encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei nº 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316, de 2008, e nº 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Notas Explicativas

15. Partes relacionadas

	31.03.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Estoques em poder de terceiros	206	-	208	-
Borborema Energética S.A. (ii)	206	-	208	-
Partes relacionadas	36.312	41.853	40.012	41.853
Bolognesi Engenharia (v)	1	-	1	-
Companhia Energética Rio da Prata - CERP (v)	230	-	230	-
Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. - BEN (v)	94	-	94	-
Hidrotérmica S.A. (v)	285	-	285	-
Central Energética Palmeiras S.A. - CEPASA (iv)	19.475	-	23.175	-
Bolognesi Energia S.A. (v)	-	6.060	-	6.060
Brasilterm Energia S.A. (v)	-	54	-	54
Central Energética Palmeiras S.A. - CEPASA (iv)	-	-	-	-
Da Ilha Energética S.A. (v)	-	9	-	9
São Paulo Energética S.A. (v)	-	6	-	6
Serra Verde Energética S.A. (v)	-	26	-	26
Vêneto Energética S.A. (v)	-	6	-	6
Autódromo Energia S.A. (v)	-	216	-	216
Multiner S.A. (iii)	-	33.126	-	33.126
Borborema Energética S.A. (ii)	16.227	2.350	16.227	2.350
Fornecedores	-	2.099	-	2.099
Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. (i)	-	2.099	-	2.099
Total	36.518	43.952	40.220	43.952

- (i) A Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina.
- (ii) A Companhia possui saldo de estoque (R\$16.227) que se refere ao óleo combustível emprestado à parte relacionada Borborema Energética S.A. bem como empréstimos de peças (R\$206). Durante 2018, a Companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material.
- (iii) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1º de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido a Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP).
- (iv) O saldo ativo com a sua coligada Central Energética Palmeiras S.A. (CEPASA) refere-se a concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17.
- (v) Com as demais partes relacionadas, a Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros.

Dado o momento de reestruturação de dívidas da Companhia, a Administração está avaliando o melhor momento para liquidar os saldos ativos e passivos entre partes relacionadas.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é exercida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Ambos abriram mão de receber remuneração direta na Companhia para contribuir com a recuperação operacional e financeira da Companhia.

Notas Explicativas

16. Debêntures

O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Descrição	Encargos	31.03.2021	31.12.2020
Debêntures	9,11% a.a. + IPCA	540.584	522.627
Custo de transação		(7.604)	(7.865)
		<u>532.980</u>	<u>514.762</u>
	Circulante	<u>532.980</u>	<u>514.762</u>
	Total de debêntures emitidas	<u>532.980</u>	<u>514.762</u>

O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição das multas e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado.

A operação está garantida por: **(i)** cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; **(ii)** alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A; e **(iii)** alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Vencimento antecipado

Em assembleia realizada no dia 31 de agosto de 2017, os debenturistas, representando 56,94% das debêntures em circulação, por unanimidade dos presentes, deliberaram pela não renovação de "waiver" referente à amortização das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Em 1ª de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional em quatro séries da Termelétrica Pernambuco III sobre o vencimento antecipado automático das debêntures nessa data. Com a notificação de vencimento antecipado, o agente fiduciário passou a bloquear os recebíveis e excutirá a garantia da totalidade da receita fixa no repagamento das debêntures. Com o vencimento antecipado, houve o bloqueio de todos ativos financeiros da Companhia.

No dia 04 de setembro de 2017, foi efetuado o pagamento proporcional no valor total de R\$41.092 das debêntures da 2ª, 3ª e 4ª séries. Devido à falta de recursos disponíveis pela Companhia, o pagamento do saldo remanescente de R\$314.530 não pode ser efetuado. Devido ao não pagamento do saldo remanescente, está sendo aplicado o disposto na cláusula 6.20 da escritura de emissão referente aos encargos moratórios (multa de 2% e juros de 1% ao mês), bem como retroação das parcelas vencidas à data de vencimento original.

Via liminar, assinada em 14 de setembro de 2017, houve o deferimento parcial do pedido de tutela de urgência para determinar o desbloqueio dos valores recebidos em 15 de setembro e 30 de setembro de 2017.

Notas Explicativas

Em 03, 04 e 10 de outubro e 24 de novembro de 2017, 08, 11 e 24 de janeiro, 1º de fevereiro, 02 e 22 de março, 03 de maio, 07 de junho, 04 e 19 de julho, 09 de agosto e 04 de setembro de 2018 houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre: **(i)** sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1º de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e conseqüente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; **(ii)** liberar e/ ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; **(iii)** autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; **(iv)** alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Na Assembleia Geral de Debenturistas ocorrida em 09 de agosto de 2018, os debenturistas representando 53,72% (cinquenta e três inteiros e setenta e dois centésimos por cento) das debêntures em circulação, por unanimidade, deliberaram pela aprovação do acordo negociado entre a Companhia e os assessores jurídicos e financeiros dos Debenturistas, visando resguardar os interesses dos Debenturistas e a suspensão temporária no Processo São Paulo, nos termos da minuta de petição conjunta anexa à ata, que foi protocolada nos autos do Processo São Paulo, a qual foi inteiramente aprovada pelos Debenturistas nesta assembleia. Nos termos do acordo, os valores apurados e depositados mensalmente na Conta Centralizadora (Nota Explicativa nº 7), serão divididos da seguinte forma:

- (a)** 66,17% (sessenta e seis inteiros e dezessete centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a Companhia;
- (b)** 31,33% (trinta e um inteiros e trinta e três centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e
- (c)** 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora serão retidos e/ou depositados judicialmente nos autos do Processo nº 0248598- 71.2015.8.19.0001, em trâmite na 52ª Vara Cível do Rio de Janeiro (“Processo do Rio de Janeiro”), enquanto vigorar a decisão judicial proferida naquele Juízo.

Em relação ao item **(ii)** da ordem do dia da mesma assembleia: os debenturistas aprovaram as medidas necessárias e métodos a serem utilizadas para subsidiar eventuais despesas da Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos gastos com medidas judiciais e extrajudiciais: deliberaram por autorizar o Agente Fiduciário a realizar consulta aos órgãos reguladores e auto reguladores incluindo, mas não se limitando, à CVM e à Anbima sobre pedido de esclarecimento a respeito da impossibilidade de processamento de pagamento no sistema da B3. Em relação ao item **(iii)** da ordem do dia: deliberaram pela suspensão, devendo a Assembleia ser reaberta em 04 de setembro de 2018, às 10:30h horas, no mesmo local. Em relação ao item **(iv)** da ordem do dia: autorizam a prática, pelo Agente Fiduciário, de eventuais medidas necessárias relacionadas às deliberações dos itens **(i)** e **(ii)** acima.

A Companhia reconhece a validade e eficácia das Debêntures e de suas garantias fiduciárias, especialmente, mas não se limitando, em relação a registro e quaisquer outras formalidades necessárias à higidez dos títulos.

Fica consignado pelos Debenturistas que, eventuais debenturistas, titulares de debêntures em circulação, que não estiveram presentes até a suspensão dos trabalhos desta Assembleia serão admitidos na retomada dos trabalhos e terão assegurados seus direitos de participação e deliberação das matérias da Ordem do Dia até o encerramento da Assembleia. Os Debenturistas, neste ato, eximem o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação à presente consignação. Qualquer orientação em sentido contrário ora acima disposto somente será válida, vinculante e exigível do Agente Fiduciário se deliberada, em sede de assembleia, com o mesmo quórum exigido para tanto.

Os Debenturistas declararam que na presente data são detentores das Debêntures e que se enquadram no conceito de “Debêntures em Circulação” contido na cláusula 9.6 da Escritura de Emissão.

Notas Explicativas

Por fim, os Debenturistas reafirmam que a presente manifestação não representa renúncia ou novação às garantias constituídas em seu favor e, não afeta, em qualquer medida ou extensão, o direito de crédito consubstanciado nas debêntures emitidas pela Emissora, de qualquer forma.

Decisão de Tutela Antecipada

Em 17 de outubro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Foro Central Cível, determinando que o agente fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$ 7.5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Em 11 e 23 de janeiro de 2019 houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre: (i) sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1ª de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; (ii) liberar e/ ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; (iii) autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; (iv) alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Assembleia Geral de Debenturistas

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nos dias 05 de fevereiro, 02 e 08 de março de 2021 todas às 09 horas e 30 minutos para deliberar os seguintes assuntos: (i) sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação (i) Suspender o item e tratar na próxima AGD; (ii) liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação (ii) Suspender o item e tratar na próxima AGD (iii) autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação (iii) a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; (iv) caso não aprovado o item (i) acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamentos dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures; Deliberação (iv) a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10h (v) autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens (i), (ii), (iii) e (iv) da Ordem do Dia; Deliberação (v) Suspender o item e tratar na próxima AGD.

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nos dias 14 de janeiro, 05 e 22 de fevereiro, 02, e 25 de março de 2021 todas às 10 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: (i) Aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 9 de agosto de 2018 às 11h, e celebrado nos autos do processo nº 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP ; Deliberação (i) - Aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o dia 10 de abril de 2021, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; (ii) Aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a

Notas Explicativas

responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação (“Termo de Rerrat”) do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação (ii) Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30; (iii) Autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação (iii) Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30; (iv) Autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação (iv) - Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30; (v) Reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10h:30; Deliberação (v) - Suspende o item e tratar na próxima AGD; (vi) Autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens (i) ao (v) da Ordem do Dia; Deliberação (vi) – Suspende o item e tratar na próxima AGD.

A íntegra das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Pagamento de juros remuneratórios aos debenturistas

Em 15 de janeiro e 08 de fevereiro de 2021, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018 e fato relevante divulgado na mesma data. Os detalhamentos dos pagamentos são previamente informados aos detentores das Debêntures por meio de Aviso aos Debenturistas, 1 (um) dia antes do evento, no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Renovação de Acordo Temporário

Em 05 de fevereiro de 2021, conforme deliberação em AGD, foi firmada prorrogação do Acordo Temporário até 10 de abril de 2021, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Notas Explicativas

Movimentação de debêntures

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldo inicial	514.762	446.099
Pagamento de juros com conta reserva	(12.540)	(32.741)
Apropriação Juros	14.009	32.625
Atualização de debêntures	8.485	14.916
Multa sobre atraso no pagamento	8.003	52.885
Amortização de custo de transação	261	978
Saldo final	<u>532.980</u>	<u>514.762</u>

17. Provisão para passivos contingentes

a) Causas prováveis

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía causas com perda provável.

b) Causas possíveis

A Companhia também tem ações de naturezas cível e tributária, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando abaixo:

	<u>31.03.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Cível (i)	14.849	14.495
Tributário	454	453
Total	<u>15.303</u>	<u>14.948</u>

(i) Ação de execução de título executivo extrajudicial (0248598-71.2015.8.19.0001) em face da Companhia e outras pessoas jurídicas réis, diante de suposta taxa de sucesso contratual que a exequente faria jus proporcional, pela redução de custos com a compra de combustível para as usinas termelétricas. Houve indicação de bens para garantia do Juízo, os quais ainda não foram avaliados, razão pela qual foi determinado o depósito judicial mensal de 2,5% do faturamento de PIII o que foi realizado até abril de 2018, com alvará de levantamento expedido em setembro de 2018. Processo em fase de produção de prova pericial. A classificação de risco é possível no valor total de R\$ 13.332.

Ação de cobrança (5000289-87.2017.8.21.0001) ajuizada por ex-prestador de serviço, contra a Companhia, a Brasilterm Energia S.A. (controladora), Bolognesi Energia S.A (controladora) e Termelétrica Pernambuco III S.A. (controlada), na qual pleiteia o pagamento estabelecido em contrato de remuneração mensal. O processo está em fase inicial e, em 31 de março de 2021, o risco é classificado como possível no valor de R\$ 1.517 (R\$ 1.398 em 31 de dezembro de 2020).

No trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou R\$ 262 (R\$ 262 em 31 de dezembro de 2020) na rubrica de depósitos judiciais referente a processos de natureza cível.

Notas Explicativas

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$171.047 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas.

A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes à 15% do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta.

Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, a Administração da Companhia entende que o aporte de Mesa na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese de o judiciário concordar com o pleito da requerente.

	31.03.2021		2020	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participação S.A.	26.163	100	26.163	100

Prejuízo básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Prejuízo básico por ação	31.03.2021	31.12.2020
Prejuízo do período	(25.126)	(16.624)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	(0,96)	(0,64)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente.

Notas Explicativas

19. Receita operacional líquida

	Período de três meses findo em 31 de março	
	2021	2020
Receita bruta de vendas		
Fixa	37.397	33.933
Variável	6.338	1.092
	<u>43.735</u>	<u>35.025</u>
Deduções da receita bruta		
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(4.048)	(2.834)
Pesquisa e desenvolvimento	(619)	(428)
Descontos s/ vendas (i)	-	(4.074)
	<u>(4.667)</u>	<u>(7.336)</u>
Receita operacional líquida	<u>39.068</u>	<u>27.689</u>

- (i) O valor de descontos sobre vendas trata-se de penalidades "DOMP" – (Despacho por Ordem de Mérito por Preço) refere-se à retenção mensal do resultado apurado na Receita de Venda do mês de janeiro de 2020, no montante de R\$ 4.074.

20. Custos operacionais

	Período de três meses findo em 31 de março	
	2021	2020
Comercialização de energia - CCEE	15	-
Encargo de uso do sistema de transmissão (i)	(3.339)	(5.053)
Pessoal	(1.507)	(1.590)
Combustíveis e lubrificantes (ii)	(6.576)	(1.429)
Materiais	(597)	(1.036)
Armazenagem (iii)	(4.275)	(4.052)
Fretes	(92)	(139)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(320)	(330)
Depreciação e amortização	(8.759)	(8.758)
Serviços de vigilância e limpeza	(179)	(99)
Seguros	(222)	(254)
Outros	(434)	(301)
Total de custos	<u>(26.285)</u>	<u>(23.041)</u>

- (i) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição;
- (ii) Os gastos com combustíveis e lubrificantes referem-se à compra de insumos para atendimento ao despacho de energia na PIII, bem como consumo para geração de energia;
- (iii) Os gastos com armazenagem estão relacionados à estocagem de óleo por terceiros. Quando há processo de transporte desse óleo estocado por terceiros, o custo fixo com armazenagem é classificado como custo dos estoques no ativo e é baixado via consumo de óleo na conta de combustíveis, e quando o custo fixo de armazenagem está relacionado a óleo que não está sendo utilizado na operação, esse custo é alocado como armazenagem.

Notas Explicativas

21. Outras receitas (despesas) operacionais

a) Gerais e administrativas

	Período de três meses findo em 31 de março	
	2021	2020
Impostos e taxas	(12)	(6)
Serviços jurídicos	(552)	(674)
Serviços de consultoria e assessoria	(334)	(495)
Despesas com pessoal	(316)	(274)
Outros	(213)	(241)
Total de despesas	(1.427)	(1.690)

b) Outras receitas (despesas), líquidas

	Período de três meses findo em 31 de março	
	2021	2020
Recuperação de outras despesas	-	1
Outras receitas	18	287
Provisão para contingências	-	7.547
Total de outras receitas (despesas), líquidas	18	7.835

22. Resultado financeiro, líquido

	Período de três meses findo em 31 de março	
	2021	2020
Receita sobre aplicação financeira	21	39
Varição cambial ativa	3	2
Total de receitas financeiras	24	41
Juros das debêntures	(14.007)	(10.410)
Juros de financiamentos	(1.991)	(2.515)
Juros fornecedores	(186)	-
Amortização do custo das debêntures	(262)	(231)
Juros passivos	(1.201)	(817)
Variações monetárias passivas	(975)	3.095
Varição monetária debêntures	(8.485)	(3.842)
Multas (ii)	(9.319)	(12.646)
Despesas bancárias	-	(10)
IOF (i)	(98)	(82)
Total de despesas financeiras	(36.524)	(27.458)
Resultado financeiro líquido	(36.500)	(27.417)

(i) Os valores de IOF referem-se a aplicações financeiras e seguros;

(ii) Refere-se principalmente à incidência de multa sobre o atraso no pagamento das debêntures, conforme Nota Explicativa nº 16.

Notas Explicativas

23. Seguros

Em 31 de março de 2021, a cobertura de seguros era a seguinte:

Descrição	Limite de	Vigência	
Responsabilidade Civil dos Administradores	100.000	06.08.2021	Chubb Seguros Brasil S.A.
Risco Operacional	137.589	17.01.2022	AXA Seguros S.A.
Responsabilidade Civil Geral	10.000	26.04.2021	Chubb Seguros Brasil S.A.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Mensuração	Nível	31.03.2021		31.12.2020		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de					
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	539	539	340	340
Depósitos vinculados - contas reserva	Valor justo por meio de	Nível 1	17.517	17.517	22.699	22.699
	resultado	Nível 1	14.180	14.180	14.218	14.218
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	36.312	36.312	40.012	40.012
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	70.299	70.299	82.743	82.743
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	41.853	41.853	41.853	41.853
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Nível 1	104.828	112.240	108.228	114.699
Debêntures*	Custo amortizado	Nível 1	540.584	611.224	522.627	555.902

(*) Em 31 de março de 2021, o saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 7.604 (R\$ 7.865 em 31 de dezembro de 2020).

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber: as contas a receber decorrem basicamente do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias.

Depósitos vinculados - conta reserva: os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Fornecedores: estão mensurados pelo custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Debêntures: estão mensuradas com base na notificação de vencimento antecipado automático para as Debêntures realizada em 1^a de setembro de 2017.

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações contábeis, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores	70.299	70.299	20.092	16.735	25.104	8.368
Empréstimos e Financiamentos	104.828	104.828	104.828	-	-	
Debêntures	540.584	540.584	540.584	-	-	
Financiamento por arrendamento mercantil	5.142	5.140	705	1.410	2.115	910

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável).

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de março de 2021

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA e TJLP em 31 de março de 2021. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

	2021				
	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
IPCA					
Debêntures					
Exposição Líquida IPCA	423.530	517.362	611.224	705.025	798.857
Impacto da variação	(187.694)	(93.862)	-	93.801	187.633
CDI					
CCB					
Exposição Líquida CDI	111.589	111.919	112.240	112.575	112.904
Impacto da variação	(651)	(322)	-	334	664

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Notas Explicativas

25. Eventos subsequentes

Assembleia Geral Extraordinária

Em 15 de Abril de 2021, às 10 horas foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária: Tomar conhecimento da renúncia do Sr. Tobias Reis Monteiro ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e eleger como conselheiro titular o Sr. Verdi Rosa Monteiro para recompor o Conselho de Administração da Companhia.

Renovação do Acordo Temporário

Em 1º de Abril de 2021, conforme deliberação em AGD, foi firmada prorrogação do Acordo Temporário até 11 de junho de 2021, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Pagamento de juros remuneratórios

Em 13 de abril e 13 de maio de 2021, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018, e fato relevante divulgado na mesma data.

Assembleia Geral de Debenturistas

Foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas no dia 1º de abril de 2021 às 09 horas e 30 minutos para deliberar os seguintes assuntos: (i) sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralisação da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação (i) Suspende o item e tratar na próxima AGD; (ii) liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação (ii) Suspende o item e tratar na próxima AGD (iii) autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação (iii) a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; (iv) caso não aprovado o item (i) acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamento dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures; Deliberação (iv) a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10h (v) autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens (i), (ii), (iii) e (iv) da Ordem do Dia; Deliberação (v) Suspende o item e tratar na próxima AGD.

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nos dias 1º, 20 e 29 de abril e 07 de maio de 2021 todas às 10 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: (i) Aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 9 de agosto de 2018 às 11h, e celebrado nos autos do processo nº 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP ; Deliberação (i) - Aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o dia 10 de abril de 2021, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; (ii) Aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação ("Termo de Rerrat") do contrato

Notas Explicativas

assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação (ii) Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30; (iii) Autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação (iii) Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30; (iv) Autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação (iv) - Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30; (v) Reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10h:30; Deliberação (v) - Suspender o item e tratar na próxima AGD; (vi) Autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens (i) ao (v) da Ordem do Dia; Deliberação (vi) – Suspender o item e tratar na próxima AGD.

A íntegra das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Ênfase

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa no 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 31 de março de 2021 um montante total de prejuízos de R\$ 603.187 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 432.140 mil, e naquela data, o seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 641.510 mil. A Nota Explicativa no 1 às informações contábeis intermediárias, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura de debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa no 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Processo de investigação independente

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 1, existem determinadas partes relacionadas da Companhia, e determinados fundos de pensão que são investidores na Companhia que foram incluídos ou citados em uma investigação conduzida pelas autoridades públicas federais (Ministério Público Federal e Polícia Federal) na operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma Nota Explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa independente especializada, porém, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em andamento. Desta forma, não é possível prever e nem antecipar os desdobramentos futuros dessa investigação, nem seus potenciais efeitos, se houverem, sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, em 31 de março de 2021. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as informações intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas e revisados por nós, cujos relatórios, sem modificação, foram emitidos em 31 de março de 2021 e 01 de junho de 2020, respectivamente, contendo parágrafo sobre a “Incerteza relevante sobre continuidade operacional”; e ênfase sobre o “Processo de Investigação Independente”, apresentados neste relatório de revisão.

São Paulo, 14 de maio de 2021

Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 14 de maio de 2021

Igarassu, 14 de maio de 2021.

Diretor de Relações com Investidores

Diretor Presidente

Emiliano Furlan Stipanovic Spyer

Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – Grant Thornton Auditores Independentes, emitido sobre as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 14 de maio de 2021.

Igarassu, 14 de maio de 2021.

Diretor de Relações com Investidores

Diretor Presidente

Emiliano Furlan Stipanovic Spyer

Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus